



Câmara Municipal de Portalegre

*Marcos*  
9/6

#### Ata Nº4

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, nesta cidade de Portalegre e na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, compareceram: Maria Adelaide Franco Lebreiro de Aguiar Marques Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Ana Cristina Carrilho Manteiga, Nuno Miguel Carrilho Santana, Nuno Varela em substituição de José Manuel Reboredo Pinto Leite, Paula de Fátima Leitão Alegre, João Manuel Ribeiro Batista Realinho e Hugo Chichorro e Silva Capote, na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião extraordinária de Câmara Municipal. -----  
Estiveram presentes os seguintes dirigentes e trabalhadores: Maria Ester Sequeira, Técnica Superior, António Joaquim André Oliveira, Chefe de Gabinete, José Manuel Figueiredo Gandum, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças coadjuvado pela Assistente Técnica, Susana Martins. -----

**HORA DE ABERTURA:** Pelas 14,00 horas, foi declarada aberta a reunião, durante a qual foram tratados os seguintes assuntos: -----

**FALTA JUSTIFICADA:** -----

**159** - Não esteve presente na reunião o Vereador José Manuel Reboredo Pinto Leite, que se encontrava no gozo de férias.-----

A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, deliberou justificar a falta. -----

#### **A – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA**

**160** – Presente proposta do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2013. -----

A **Senhora Presidente** explicou as alterações efectuadas ao Orçamento para 2013.-----

O **Vereador João Realinho** solicitou esclarecimento relativo à rubrica de apoio a entidades de carácter social para investimento no valor de 25.000.00€. E relativo às transferências para a construção do Centro Social e do Polidesportivo dos Assentos. --

A **Dra. Ester Sequeira** explicou as referidas alterações das rubricas. -----

O **Vereador João Realinho** referiu que relativo aos Ases do Pedal estava previsto em orçamento uma redução significativa para 2013.-----

A **Senhora Presidente** explicou que foram alteradas as rubricas referente à EDP para que não tenham que mexer nas restantes rubricas, sendo que terão de reforçar o orçamento até ao final. Esclareceu que não saberá se será possível fazê-lo, mas irão



*Miguel*  
26

Câmara Municipal de Portalegre

fazer todos os esforços nesse sentido, dependendo de existir ou não um segundo PAEL, onde poderá equilibrar as contas. Pediu sensibilidade caso o mesmo venha a acontecer, uma vez que o presente Orçamento é muito fechado e não conseguem mexer mais. -----

O **Vereador João Realinho** salienta que existiu um reforço na rubrica pessoal em regime de tarefa ou avença, questionou a que se refere? O Dr. **José Manuel Gandum** explicou que serviu para regularizar uma situação já mais antiga, com um antigo funcionário, que tinha uma comissão de serviço. -----

O **Vereador Hugo Capote** questionou, relativamente à verba retirada ao CCD da Câmara Municipal, se está prevista na alteração. -----

A **Senhora Presidente** respondeu que não, referindo que o CCD já gastou o dinheiro e que é difícil fazer a gestão sem a referida verba. -----

O **Vereador Hugo Capote** relativo à gestão do Centro Social e Paroquial dos Assentos, pensa que o acordo já existe há algum tempo, mesmo antes do actual mandato, e que existe um protocolo que terá de ser reformulado. O Dr. **José Manuel Gandum** informou que existiu uma proposta do Senhor Padre Marcelino, tendo havido uma contra proposta da Senhora Presidente, e assim que existir será remetida para a reunião do Executivo para deliberação e posteriormente para a Assembleia Municipal.

O **Vereador João Realinho** perguntou se já existe algum feed back, da parte da Direcção Geral do Orçamento, referente às consequências decorrentes da Lei do Orçamento do Estado, quanto às verbas transferidas para a Fundação Robinson?-----

A **Senhora Presidente** disse que não. Informou que esteve na Secretaria de Estado da Administração Pública, com o Senhor Secretário de Estado, Dr. Hélder Rosalino, onde foi informada que não haverá problema. Acrescentou ainda que a Lei do Orçamento diz que não tem de ir à tutela mas apenas informá-la e ao IGF. Terá de ser cabimentado e enviado directamente para o Tribunal de Contas. Se o Tribunal de contas aprovar não existe problema algum em efectuar a referida transferência. Referiu ainda que o que está orçamentado não corresponde ao que foi deliberado na Reunião do Executivo de Abril. Foi retirado cerca de 100.000.00€ na parte do contrato programa relativo ao investimento. Em relação ao funcionamento só está orçamentada para 2013. -----

A **Senhora Presidente** explicou que relativamente ao documento das Grandes Opções do Plano foram melhoradas referiu também que existem muitos acontecimentos que não tinham históricos e que no momento já tem. -----

O **Vereador Nuno Santana** referiu que gostaria de introduzir um texto referente à Implementação da Estratégia da Reabilitação Urbana da Cidade de Portalegre, na medida que só em 2013 irá ser implementada tais medidas, tal como as isenções, os benefícios. Considerou que seja importante constar das Grandes Opções do Plano, e



*Hugo Capote*  
9/6

Câmara Municipal de Portalegre

uma vez que irá surgir um serviço da Reabilitação Urbana para que haja uma maior proximidade com os Municípios e um acompanhamento mais próximo perante a área sensível que é a Reabilitação Urbana.-----

O **Vereador Hugo Capote** referiu que em relação à parte orçamental e contabilística do Orçamento não tem muito a dizer devido às contingências que o Orçamento foi elaborado, sendo demasiado inútil retirar um valor de um lado e colocá-lo noutro. Relativamente às Grandes Opções do Plano considera que o texto agora apresentado não tem nada a ver com o apresentado anteriormente. Existiu uma coerência e consistência em todo o documento. Uma das críticas ao anterior documento, não era compreensível que um documento fosse basicamente em relação à Fundação Robinson onde se deveria falar das actividades da Câmara Municipal. Referiu que o documento que impediu a aprovação do último Orçamento, estando a CDU na disposição da abstenção, e que não o fizeram porque teriam de fazer a votação das GOP e do Orçamento em conjunto. Não podendo aceitar o documento votaram contra o Orçamento.-----

Mais referiu que recebeu o novo documento pelas 11h00 da manhã do dia da reunião de Câmara, marcada para a sua discussão. Considera que o documento apresentado resolve alguns problemas que foram apontados no inicial. Refere o problema do desemprego, referindo que é o problema do Concelho de Portalegre, arrastando a dificuldade de fixar as pessoas; refere o Parque Natural da Serra de S. Mamede, a questão da Saúde e da tentativa de aproximação ao CA da ULSNA e à ARS. -----

Afirmou que alguns Executivos anteriores, relativamente às Grandes Opções do Plano, não tem dado muito importância ao Dia da Cidade, existindo agora uma forte referência.-----

O documento inverte também as questões da Cultura referindo várias vezes que cabe à Câmara Municipal a gestão, a coordenação e definição das políticas e das estratégias de intervenção cultural no Concelho de Portalegre. Referência essa que não constava no anterior documento, parecendo até que essa competência seria transferida para a Fundação Robinson. A CDU sempre demonstrou que não é contra a Fundação Robinson, e que acham que o funcionamento e o modo de interacção entre a Fundação Robinson e a Câmara Municipal deveriam ser clarificados e colocados de forma mais transparente. -----

Referiu ainda que não deverá ser esquecido que o Executivo que emana de uma eleição popular, havendo muitas vezes alguma tendência para desvalorizar tal facto, e considera que muitas vezes os eleitos possam enjeitar algumas das responsabilidades e competências que a Autarquia tem nomeadamente para outras estruturas que por



*Museu*  
96

Câmara Municipal de Portalegre  
muito nobres e honrosas que possam ser, não usufruam da mesma legitimidade popular. -----

Referindo-se, concretamente à transferência da gestão cultural da Câmara Municipal para a Fundação Robinson. -----

Considera que o documento agora apresentado vem inverter essa situação, e que as razões referidas na declaração de voto apresentada aquando do chumbo do Orçamento, mantendo a afirmação que o Orçamento apresentado não é da CDU, mas por uma questão de princípio não estão para obstaculizar nem para criar problemas adicionais, não ao PSD nem ao Executivo em permanência, mas aos Portalegrenses.-----

Consideram que num Concelho sem orçamento aprovado, a Autarquia tem muito mais dificuldades em fazer a gestão. -----

Assim, considera que sendo uma votação única, a CDU não vê problemas em abster-se e viabilizar o Orçamento com as Grandes Opções do Plano agora apresentados. --

O **Vereador João Realinho** referiu ter constatado uma alteração significativa em termos de qualidade e coerência do documento das GOP agora apresentado. Da leitura do documento percebe-se alguma lógica, o que não acontecia com a primeira versão. Existe um equilíbrio entre as partes que compõem o documento, tendo sido contempladas algumas das preocupações por nós manifestadas, reconhecendo o esforço feito para melhorar o documento. No entanto, continuam a persistir algumas questões com as quais não concordamos e cuja preocupação já foi manifestada na reunião de Executivo aquando da discussão de aprovação do orçamento. Salientou que existem algumas contradições, nomeadamente quando é dito que "Caso o limite não tivesse sido alterado, o Município encontrar-se-ia a recuperar, no mesmo período, 25,39%." Em contraponto com "A reprovação, em sede de Executivo, da adesão do Município ao PAEL veio, de alguma forma, comprometer este trabalho e este esforço de consolidação e de recuperação" . Concluindo, como é do conhecimento de todos, o que contrariou a inversão da recuperação registada, fazendo com que o município entrasse em situação de incumprimento, não foi o chumbo do PAEL mas a alteração dos critérios estabelecidos unilateralmente pela DGAL, como aliás é assumido no início do documento. Relativamente à questão "Por fim, e embora tal atraso não possa ser directamente imputável à Autarquia, iremos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para ver finalmente aprovado e publicado o Plano Municipal de Emergência de Portalegre.", perguntou de quem é a culpa, quem está a inibir ou a dificultar a aprovação do Plano Municipal de Emergência de Portalegre. Existem referências agora que não existiam no documento anterior, realçando a questão do desemprego. Gostaríamos de ver melhor explicitada a forma como a Câmara Municipal irá trabalhar no sentido de captar mais investimento,



*Hugo Capote*  
9/6

Câmara Municipal de Portalegre

sabendo-se as dificuldades que existem no momento. Considera que o importante não é captar indústrias com elevado número de mão de obras mas sim diversificar o tecido produtivo, pequenas indústrias, tornando-o menos vulnerável e dependente em situações de crise como aquela que atravessamos. Constata uma assunção do erro anteriormente cometido quando, em relação à Fundação Robinson, e à cultura quando é referido "Tudo isto, como dissemos de início, e voltamos a repetir e a assumir (pois nem de outra forma faria sentido ou poderia ser...) sob a liderança estratégica do Município". Apesar de ter sido corrigido mas não podem esquecer que o que parece ser uma lógica simples e coerente, não o era assumido na anterior versão. Relativamente ao orçamento. Vêem algumas dificuldades face ao contexto que o País vive, relativamente ao cumprimento da receita estimada em 23 milhões de euros, nomeadamente no que diz respeito à venda de bens imóveis - aproximadamente 3 milhões de euros -, considerando que é um valor muito difícil de atingir. Continuam as incertezas relativamente às implicações das transferências efectuadas para a Fundação Robinson. Em relação à política de Reabilitação Urbana disse que continuam com algumas dúvidas, mesmo após a apresentação da Estratégia, não havendo coerência entre o que foi dito nas Grandes Opções do Plano e o que está reflectido em Orçamento. Considera importante, em termos futuros, que a elaboração das Grandes Opções do Plano seja feita de uma forma mais séria, dado que se trata de um documento nobre da estratégia para o desenvolvimento do Município. Referiu que, não sendo possível votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano em separado, e mantendo as preocupações relativamente ao Orçamento, mantém a posição inicial votando desfavoravelmente o documento. -----

A **Senhora Presidente** referiu que uma das grandes preocupações do Executivo em funções é a questão do Orçamento, e uma vez que os eleitos do PS não apresentaram alternativas, e se existir a oportunidade de irem ao PAEL novamente, pede que reflectam. Afirmou que existirá implicações não só a curto prazo mas também no futuro, mas que tentaram ir ao segundo PAEL, se o mesmo existir, uma vez que nunca mais obtiveram notícias. Concordou com o que disse o Vereador Hugo Capote em relação às Grandes Opções do Plano, tendo sido a própria a referir que as mesmas tinham algumas fragilidades. Referiu que foi feita uma clarificação e tornar o documento mais explícito. Considera que é um documento chave, mais abrangente que o orçamento, apesar das preocupações não estarem explícitas mas estavam presentes, pelo que foi tornado mais perceptível e compreensível a qualquer cidadão. Esclareceu que uma das suas grandes preocupações depara-se com o desemprego, e como prova disso estão a tentar trazer parceiros para ajudar, como é o caso do programa Valorizar, que vem ajudar as pequenas e médias empresas. Não rejeita as grandes empresas mas considera que a aposta no momento é ajudar as pequenas e



*M. V. V.*  
9/6

Câmara Municipal de Portalegre  
médias empresas, não rejeitando as grandes empresas. Um dos exemplos de empresas no bom caminho é o caso da Selenis, a Robcork, estando com alguns problemas mas vão produzindo. Referiu que no dia da apresentação do programa Valorizar ficou muito satisfeita com alguns jovens empresários que fizeram uma apresentação dos seus produtos, tal como a Terrias, a Fábrica de Rebuçados de Santa Clara, a Almojandra.-----

A **Vereadora Paula Alegre** referiu que os vereadores do PS nunca foram contra a Fundação Robinson mas sim contra alguma gestão da mesma. Disse que continuam as verbas volumosas para o funcionamento da Fundação Robinson, contudo considera, como já referido em anteriores reuniões do Executivo, que deveria existir alguma contenção na despesa e até ao momento não chegou nenhuma informação sobre a mesma. Tendo sido abordados alguns factos, mas existe o caso da prestação de serviço do Prof. António Camões Gouveia que continua sem existir informação da mesma. Salaria que oficialmente ainda nada chegou, tendo sido informada que essa prestação de serviço é paga com outras formas de investimento, o que não altera em nada a sua posição sobre o assunto, pois estamos sempre a falar de dinheiros públicos que devem ser bem geridos. Achou que, no momento a Câmara Municipal está em contenção de despesa e a Fundação Robinson continua sem dar mostra dessa contenção. Relembrou que continuam sem respostas. -----

A **Senhora Presidente** informou que a prestação de serviço não está incluída nas despesas. Relativamente à gestão, lembra que os Vereadores do PS tinham um elemento presente na gestão da Fundação Robinson. Não se lembra, enquanto fez parte do Conselho de Administração, algum comentário ou sugestão do elemento representante do PS relativamente à gestão. Em relação ao Prof. António Camões Gouveia disse que existe um contrato que não pode ser renunciado de qualquer forma, podendo ser exigido uma indemnização. O Conselho de Administração já conseguiu reduzir o valor em cerca de 15% até final do término do contrato. -----

O **Vereador João Realinho** discorda frontalmente da Senhora Presidente quando afirma que "Não se lembra, enquanto fez parte do Conselho de Administração, algum comentário ou sugestão do elemento representante do PS relativamente à gestão". Pelo contrário, a representante do PS, enquanto esteve no Conselho de Administração da Fundação Robinson, manifestou-se reiteradamente contra o caminho que estava a ser seguido, conforme pode ser confirmado nas diferentes Actas do referido Conselho.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Nuno Varela, Paula Alegre, João Realinho e a abstenção do Vereador Hugo Capote aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2013 e remeter à **Assembleia Municipal** - -----



**Declaração de voto**

**Vereador Nuno Santana**

"Voto favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2013, contudo enuncio a seguinte declaração de voto.

No seguimento do processo de consolidação de contas entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson, e de acordo com a certificação legal de contas da Fundação no ano de 2011, destaco os seguintes pontos com relevância.

Por deliberação tomada pelo Município de Portalegre, foi rescindido unilateralmente o protocolo celebrado entre o Município e a Fundação Robinson, a 1 de Fevereiro de 2007.

A deliberação referida, contemplou a celebração de um novo protocolo entre as duas entidades no montante de 438.016,46 euros, bem como a assunção pelo Município das responsabilidades pelo financiamento futuro da Fundação, que terá como suporte o plano de atividades e orçamento, já apresentado.

A continuidade das operações da Fundação que se consubstanciam na prossecução dos seus objetivos, está dependente do cumprimento pelo Município do financiamento da Fundação Robinson, implícito na deliberação de 2 de abril de 2012.

Verificando-se a não celebração de um novo protocolo e a não assunção, até ao momento, das responsabilidades relativas aos compromissos passivos reconhecidos (deliberações de 19 de Setembro e de 5 de Dezembro de 2011) e ao financiamento futuro da Fundação, futuro este aceite pelo Executivo (deliberação de 2 de Abril de 2012) e referendado pela Assembleia Municipal (a 4 de Outubro de 2012), a que se junta a verificação do valor inserido em orçamento para o ano 2013, não posso deixar de alertar que o valor agora aqui expresso não viabiliza os passivos anteriores nem os custos decorrentes do funcionamento de 2012.

Permito-me lembrar que as minutas dos contratos-programa apresentadas nas reuniões de câmara, em 12 e 23 de Julho, foram ambas retiradas para melhor análise, sem ter havido qualquer resposta do executivo camarário, até à presente data."

**ENCERRAMENTO:**

**161** - A presente ata, foi aprovada em minuta. Pela Presidente foi encerrada a reunião, eram 17.00 horas, tendo, da mesma, sido lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente e por mim, José Manuel Figueiredo Gandum, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, que a redigi e subscrevo. -----